

# UM PROJETO AUTORITÁRIO TRAVESTIDO DE “PROTEÇÃO À PRIVACIDADE”

Estudo 2006-3  
Rodrigo Veleda

O populista senador de esquerda do PTB, Sérgio Zambiasi, notório adorador do ditador fascista Getúlio Vargas, ataca com o Projeto de Lei do Senado 321/2004 que “Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais e dá outras providências”, com o qual ele acredita estar dando algum tipo de contribuição para o avanço da cultura da privacidade no Brasil. Mentira! Esse projeto de lei nada mais do que aqueles engodos típicos da esquerda para acabar com as liberdades individuais e este estudo mostrará a verdade sobre este projeto de lei.

## RESUMO DO ESTUDO

Este blog pede a rejeição do Projeto de Lei do Senado 321/2004, do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) devido aos seguintes fatores:

1. O Projeto de Lei rebaixa ao nível de informação sobre associação ou não a órgão sindical, o código genético humano, que precisa de todas as proteções legais que possam existir e que deve ser tratado em lei específica;
2. O Projeto de Lei não considera a propriedade dos dados pessoais como sendo da pessoa que é identificada como tais. O Projeto tem inúmeras brechas que permitem o descontrole sobre o uso de dados pessoais, impõe restrições aos próprios donos dos dados pessoais que, em determinadas ocasiões não poderão utilizar de certos dados pessoais classificados como “sensíveis”;
3. O Projeto de Lei considera igual banco de dados estatais e particulares, em meio físico ou virtual, bancos de dados de pequenas e grandes empresas, dados de endereçamento com dados médicos e outros. A exigência de controle sobre o banco de dados deve ser proporcional<sup>i</sup> ao risco de prejuízo que os proprietários dos dados possam ter com um possível vazamento e
4. O Projeto de Lei não considera que o governo é o maior violador de privacidade jamais visto e que não há possibilidade, por enquanto, do cidadão fazer um *opt-out* dos bancos de dados estatais. O senhor Zambiasi não faz uma única menção a biometria<sup>ii</sup> e aos perigos dos documentos de identidade emitidos pelos governos

## O BLOG

“Não Sou Um Número” é o primeiro blog brasileiro destinado exclusivamente à privacidade, especialmente documentos de identidade. O blog é editado por Rodrigo Veleda de Porto Alegre, RS e tem uma versão em inglês, “I’m Not a Number” no endereço <<http://iamnotanumber-br.blogspot.com>>. A linha editorial do Blog preza pelas liberdades individuais, é pró-mercado e anti-intervenção estatal.

## ANÁLISE DO PROJETO DE LEI PONTO-A-PONTO

**Art. 3º** Para os efeitos desta Lei, considera-se:

(...)

IX - dados sensíveis: informações pessoais que revelem a origem racial ou étnica, as opiniões políticas, as convicções religiosas, ideológicas ou filosóficas, a filiação e atuação sindical, o estado de saúde ou a orientação sexual da pessoa natural titular dos dados, bem como as informações genéticas;

(...)

Como já fora noticiado neste blog, a privacidade do DNA dos brasileiros está em risco de se tornar algo inexistente, já que alguns adoradores de Hitler, como os deputados Félix Mendonça<sup>1</sup> (PFL-BA) e Feu Rosa<sup>2</sup> (PP-ES), andam livremente nos corredores de arquitetura duvidosa do prédio do Congresso Nacional. O senador Zambiasi rebaixa o DNA a mesma categoria de filiação a um determinado sindicato ou central sindical, o que não é de se espantar, já que o PTB é uma colcha de retalhos composta por sindicalistas radicais de esquerda. A inserção do quesito “informações genéticas” é uma inovação do senhor Zambiasi para que se possa, num golpe só, liquidar com qualquer barreira que um indivíduo possa erigir para proteger seus genes. Essa inserção é totalmente incomum como mostra a tabela abaixo:

TABELA 1 – Definições em Determinados Países

País	Autoridade	Diploma Legal	Texto
Áustria	Österreichische Datenschutzkommission <a href="http://www.dsk.gv.at/index.htm">http://www.dsk.gv.at/index.htm</a>	Datenschutzgesetz 2000	§ 4.1 " <i>Sensitive Data</i> " (" <i>Data deserving special protection</i> ") [ <i>"sensible Daten"</i> (" <i>besonders schutzwürdige Daten</i> ")]: Data relating to natural persons concerning their racial or ethnic origin, political opinion, trade-union membership, religious or philosophical beliefs, and data concerning health or sex life;
Bélgica	Commission de la protection de la vie privée <a href="http://www.privacycommission.be/">http://www.privacycommission.be/</a>	L 1998-12-11/54	Art. 6. § 1. Le traitement de données à caractère personnel qui révèlent l'origine raciale ou ethnique, les opinions politiques, les convictions religieuses ou philosophiques, l'appartenance syndicale, ainsi que le traitement des données relatives à la vie sexuelle, est interdit.
França	Commission National de l'Informatique et des Libertés <a href="http://www.cnil.fr">www.cnil.fr</a>	Loi 78-17	Article 8 I. - Il est interdit de collecter ou de traiter des données à caractère personnel qui font apparaître, directement ou indirectement, les origines raciales ou ethniques, les opinions politiques, philosophiques ou religieuses ou l'appartenance syndicale des

<sup>1</sup> Veleda, Rodrigo. "PL 5520/2005 vai para a CCJ". Não Sou Um Número. 30 Jun. 2006. 2 Jul. 2006 <<http://naosouumnumero.blogspot.com/2006/06/pl-55202005-vai-para-ccj.html>>.

<sup>2</sup> \_\_\_\_\_. "Hitler iria amar de paixão". Não Sou Um Número. 23 Jun. 2006. 2 Jul. 2006 <<http://naosouumnumero.blogspot.com/2006/06/hitler-iria-amar-de-paixao.html>>.

			personnes, ou qui sont relatives à la santé ou à la vie sexuelle de celles-ci.
Itália	Garante per la protezione dei dati personali <a href="http://www.garanteprivacy.it">www.garanteprivacy.it</a>	Decreto legislativo 30 giugno 2003, n. 196	<p><b>Art. 4. Definizioni</b></p> <p>1. Ai fini del presente codice si intende per:</p> <p>d) "dati sensibili", i dati personali idonei a rivelare l'origine razziale ed etnica, le convinzioni religiose, filosofiche o di altro genere, le opinioni politiche, l'adesione a partiti, sindacati, associazioni od organizzazioni a carattere religioso, filosofico, politico o sindacale, nonché i dati personali idonei a rivelare lo stato di salute e la vita sessuale;</p>
Portugal	Comissão Nacional de Protecção de Dados <a href="http://www.cnpd.pt">www.cnpd.pt</a>	Lei 67/98 da Protecção de Dados Pessoais	<p>Artigo 3.º</p> <p>Definições</p> <p>Para efeitos da presente lei, entende-se por:</p> <p>a) «Dados pessoais»: qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respectivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável a pessoa que possa ser identificada directa ou indirectamente, designadamente por referência a um número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social;</p>
Reino Unido	Information Commissioner Office <a href="http://www.ico.gov.uk">www.ico.gov.uk</a>	Data Protection Act 1998	<p>Sensitive personal data. 2. In this Act "sensitive personal data" means personal data consisting of information as to-</p> <p>(a) the racial or ethnic origin of the data subject,</p> <p>(b) his political opinions,</p> <p>(c) his religious beliefs or other beliefs of a similar nature,</p> <p>(d) whether he is a member of a trade union (within the meaning of the Trade Union and Labour Relations (Consolidation) Act 1992),</p> <p>(e) his physical or mental health or condition,</p>

			(f) his sexual life, (g) the commission or alleged commission by him of any offence, or (h) any proceedings for any offence committed or alleged to have been committed by him, the disposal of such proceedings or the sentence of any court in such proceedings.
Suíça	Le Préposé fédéral à la protection des données et à la transparence (FPDPT) <a href="http://www.edoeb.admin.ch/index.html?lang=fr">http://www.edoeb.admin.ch/index.html?lang=fr</a>	RS 235.1 Loi fédérale sur la protection des données	Art. 3 Definitions On entend par :  c. <i>données sensibles</i> , les données personnelles sur: 1. les opinions ou activités religieuses, philosophiques, politiques ou syndicales, 2. la santé, la sphère intime ou l'appartenance à une race, 3. des mesures d'aide sociale, 4. des poursuites ou sanctions pénales et administratives;

Como podemos ver pelas datas de aprovação dos referidos diplomas legais, todos se deram quando a humanidade já tinha pleno conhecimento do DNA e técnicas de identificação deste já eram rotina. O senador demonstra claramente sua intenção de relativizar o código genético humano, para quem sabe criar um UK National DNA Database no Brasil<sup>3</sup>.

**Art. 4º** Ao tratamento de dados pessoais aplicam-se os seguintes princípios:

I - coleta, armazenamento e processamento de forma lícita, com observância do princípio da boa-fé e adstritos a finalidades determinadas, vedada a utilização posterior incompatível com essas finalidades;

II - adequação, pertinência, exatidão e atualização, periódica e de ofício, das informações;

III - conservação dos dados e identificação dos seus titulares apenas pelo período necessário às finalidades da coleta ou tratamento;

IV - consentimento prévio e expresso do titular de dados como requisito à coleta, quando se tratar de dados sensíveis ou de interconexão internacional de dados realizada por banco de dados privado (art. 10);

V - prévia ciência do titular das informações, quando se tratar de dados para os quais o consentimento expresso é inexigível;

VI - acesso do titular de dados às informações coletadas, armazenadas, processadas ou transmitidas.

§ 1º Excetua-se do disposto no inciso III a conservação de dados por órgãos e pessoas jurídicas de direito público ou realizada para fins históricos, estatísticos e científicos.

(...)

<sup>3</sup> "UK National DNA Database." Wikipedia, The Free Encyclopedia. 7 Jun. 2006, 01:27 UTC. Wikimedia Foundation, Inc. 3 Jul. 2006  
<[http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=UK\\_National\\_DNA\\_Database&oldid=57279766](http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=UK_National_DNA_Database&oldid=57279766)>.

**Art. 5º** Os dados considerados sensíveis somente poderão ser coletados, armazenados, processados, transmitidos, utilizados, fornecidos a usuários ou divulgados:

(...)

II - para fins meramente estatísticos, históricos ou científicos, vedada a identificação do titular;

Já no inciso I podemos ter um claro conflito de interesses com as atuais carteiras de identidade, visto que é muito difícil alguém provar as finalidades determinadas de tais documentos. Depois temos um show de obviedades que não merecem comentários. O que chama atenção é o parágrafo 1º com suas exceções ao inciso III. Não existe nenhuma razão para que as pessoas ou tipos de dados categorizados no inciso III não possam ter data de validade. O artigo 5º, II seria uma espécie de cláusula anti-identificatória de coleta de dados como, por exemplo, o censo do IBGE. É sim possível reidentificar uma pessoa, mesmo com o processo de “dissociação” previsto no artigo 3º, XII. Está é uma análise de Lawrence Sweeney<sup>4</sup> sobre o censo americano:

...87% (216 million of 248 million) of the population in the United States had reported characteristics that likely made them unique based only on {5-digit ZIP, gender, date of birth}. About half of the U.S. population (132 million of 248 million or 53%) are likely to be uniquely identified by only {place, gender, date of birth}, where place is basically the city, town, or municipality in which the person resides. And even at the county level, {county, gender, date of birth} are likely to uniquely identify 18% of the U.S. population. In general, few characteristics are needed to uniquely identify a person.

E em sabendo disso, é muito fácil reidentificar as pessoas do censo, já que os dados são divulgados publicamente. Agora, vamos analisar o Censo em si. O IBGE elenca<sup>5</sup> vários motivos para que o Censo exista, embora só uma esteja de acordo com sua real utilidade: a proporcionalidade política. Estranho é que o Censo seja utilizado para fins comerciais, como diz o próprio IBGE “na seleção de locais para a instalação de fábricas, supermercados, shopping centers, escolas, creches, cinemas, restaurantes, lojas;”. Pesquisa de mercado não é função de órgão estatal, ainda mais que os dados podem individualizar e identificar potenciais alvos de mercado. Esta questão não existiria se o Censo se ativesse ao seu propósito de contar as pessoas para delimitação de distritos eleitorais e alocação de parlamentares. Não podemos nos esquecer dos usos indevidos dos Censos, como na Alemanha<sup>6</sup> e nos Estados Unidos<sup>7</sup>.

**Art. 7º** São direitos básicos do titular de dados:

(...)

VI - o cancelamento, a título gratuito, de dados que deixarem de ser necessários à obtenção da finalidade para a qual foram coletados;

(...)

§ 2º A ciência prévia a que se refere o inciso III deste artigo:

(...)

II - é inexigível quando o banco de dados for mantido por órgão da administração pública direta ou pessoa jurídica de direito público, ou quando a informação tenha sido coletada diretamente do titular dos dados;

III - pode ser dispensada se o tratamento não identificar o titular de dados e possuir fins meramente históricos, estatísticos ou científicos.

<sup>4</sup> Sweeney, Lawrence. "Uniqueness of Simple Demographics in the U.S. Population." Diss. Carnegie Mellon University, 2000. Abstract. [Laboratory for International Data Privacy](#).

<sup>5</sup> "Os motivos para responder ao Censo." [Censo 2000](#). IBGE. 3 Jul. 2006 <<http://www.ibge.gov.br/censo/motivos.shtm>>.

<sup>6</sup> Black, Edwin. "Final Solutions." [The Village Voice](#) (2002). 3 Jul. 2006 <[http://www.villagevoice.com/news/0213\\_black\\_33412.1.html](http://www.villagevoice.com/news/0213_black_33412.1.html)>.

<sup>7</sup> Rugey, Veronique de. "Banks and the FBI: the Latest Attack on Financial Privacy." 18 Dez. 2001. Cato Institute. 3 Jul. 2006 <[http://www.cato.org/pub\\_display.php?pub\\_id=3812](http://www.cato.org/pub_display.php?pub_id=3812)>.

Bom, se a pessoa é a titular dos dados, pela lógica, ela poderia a qualquer momento pedir o cancelamento dos dados, independentemente de estar sendo cumpridas as finalidades acordadas previamente. Este trecho do projeto de lei mostra claramente a intenção do senhor Zambiasi de relativizar a propriedade dos dados pessoais por parte dos seus legítimos usuários, ou então, não seriam dados pessoais e não precisariam de nenhum cuidado especial. O inciso II do parágrafo 2º volta a insistir na tese de que o governo é totalmente fidedigno e que seus súditos não devem questionar suas políticas de proteção de dados. E no inciso III ele insiste em não acreditar na reidentificação de pessoas. Aliás, ele não explica por que dados “meramente históricos, estatísticos ou científicos” mereçam tantas isenções, sabendo-se dos danos que estes podem causar a pessoa com o uso incorreto dos mesmos.

**Art. 9º** Considera-se público o banco de dados cujo proprietário seja órgão da administração pública direta ou pessoa jurídica de direito público ou pessoa jurídica de direito privado no exercício de serviço público ou função delegada pelo Poder Público.

§ 1º Ao banco de dados público que tenha por objeto tratamento de dados com vistas a auxiliar atividade de segurança nacional ou pública, investigação administrativa, tributária, criminal ou instrução processual penal, não se aplica o disposto nos incisos II, III, IV, V, VI e VIII do art. 7º e nos incisos I, VI, VII e VIII do art. 8º, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal que ao titular ou gestor possa ser imputada por desvio de finalidade no uso das informações tratadas.

§ 2º O disposto nos incisos III e V do art. 7º e nos incisos VI e VII do art. 8º não se aplica ao banco de dados público que tenha por objeto tratamento de dados pessoais necessários à prevenção e ao diagnóstico médico ou à vigilância sanitária, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal que ao titular ou gestor possa ser imputada por desvio de finalidade no uso dos dados.

§ 3º O banco de dados público que tenha por objeto tratar dados pertencentes a grupos de profissionais não poderá utilizar os dados colhidos para finalidade diversa daquela a que se destinam, salvo consentimento expresso e prévio do titular de dados.

§ 4º O proprietário ou gestor de banco de dados público não poderá utilizar os dados tratados para fins de publicidade ou divulgação comercial.

O projeto é tão patético que vive repetindo seus próprios erros. Como dito na Verdade 80<sup>8</sup>, o senador acredita firmemente que os mesmos dados pessoais armazenados por órgãos estatais são melhores protegidos ou analisados do que pela iniciativa privada. Não há razão para coletar dados desnecessários a uma investigação de qualquer tipo, lembrando que qualquer coleta de dados só poderá ser feita por meio judicial, nem tampouco razão para manter dados pessoais de pessoas que foram consideradas inocentes, algo que o projeto sequer menciona; isso para não falar que o projeto isenta tais instituições de corrigirem dados errados (isenção do inciso IV do artigo 7º), o que dá a entender que não poderíamos questionar, por exemplo, uma ficha criminal iniciada erroneamente. O que não dá para entender também é porque Zambiasi isentou os serviços médicos da necessidade de ciência escrita para coleta de dados e a interconexão internacional dos mesmos. Já no parágrafo 3º, Zambiasi mostra seu excesso de zelo para com sindicatos, embora não tenha o mesmo respeito pelos dados pessoais.

**Art. 10.** Considera-se privado o banco de dados cujo proprietário seja pessoa jurídica de direito privado no exercício de atividade privada, econômica ou não.  
(...)

§ 3º O proprietário ou gestor de banco de dados privado poderá utilizar os dados tratados, excetuados os dados sensíveis, para fins de publicidade ou divulgação

---

<sup>8</sup> Veleda, Rodrigo, trans. "140 Verdades Sobre os Esquerdistas." Diretório Metropolitano de Porto Alegre. PFL. 4 Jul. 2006  
<[http://www.pflpoa.com.br/pflpoa/index.php?option=com\\_content&task=view&id=132&Itemid=99](http://www.pflpoa.com.br/pflpoa/index.php?option=com_content&task=view&id=132&Itemid=99)>.

comercial, mediante prévia ciência conferida ao titular, o qual poderá exercer direito de oposição, nos termos do inciso VII do art. 7º.

Quem deve definir como, quando e quem pode utilizar os dados pessoais são seus proprietários e não uma legislação repetitiva e antiliberdades individuais. Então, por exemplo, a Playboy correria o risco de ter que atingir o mercado gay, mesmo sabendo que tal público não quer o conteúdo oferecido pela Playboy.

**Art. 11.** Os proprietários e gestores de bancos de dados devem adotar, entre outras, as seguintes medidas, destinadas à proteção dos dados pessoais contra a perda ou destruição acidental ou ilícita, alteração, difusão e acesso não autorizados:

I - impedir que pessoas não autorizadas tenham acesso aos equipamentos, instalações e suportes de tratamento de dados;

II - garantir que somente usuários tenham acesso aos dados transmitidos;

III - garantir a possibilidade de verificação periódica das alterações produzidas nos arquivos de dados.

Parágrafo único. Não se registrarão dados sensíveis em bancos de dados que não reúnam condições mínimas de segurança, conforme definido no regulamento desta Lei.

Fundindo para confundir, Zambiasi mistura dados sensíveis com dados irrelevantes, iniciativa estatal com iniciativa privada, armazenagem física e armazenagem eletrônica, pequena e grande empresa. Existe uma grande diferença entre um mini-mercado que armazena o nome e endereço dos seus clientes e um banco ou uma seguradora. Nivelar por cima nada mais seria do que um aumento de custos para pequenos empresários, igrejas e outras entidades que coletam dados inofensivos, ou mesmo disponível em listas telefônicas, para uma melhor atividade e concorrência com entidades maiores e mais estruturadas, que certamente teriam condições para aplicar estas exigências irracionais em suas atividades.

**Art. 12.** A interconexão de dados pessoais deve atender aos seguintes requisitos:  
(...)

§ 2º A interconexão internacional de dados por bancos de dados privados deverá atender ao seguinte:

I - prévio consentimento do titular das informações, atendidas as disposições desta Lei, que poderão ser dispensadas na hipótese de dados transmitidos em razão de transferências bancárias ou de operações realizadas em bolsa de valores;

II - intermediação do Estado brasileiro, para interconexão de dados sensíveis.

É, existe o costume de gerentes ficarem transferindo dinheiro de uma conta pra outra à toa, ou de um corretor de valores não seguir as determinações do administrador do respectivo fundo de ações. O interessante deste artigo é a tal “intermediação do Estado brasileiro, para interconexão de dados sensíveis.”. Um dito projeto sobre privacidade que impõe o Estado como filtro de interconexão de dados pessoais sensíveis, que, repito, são de propriedade das pessoas e não do Estado. Caso o senhor não saiba, é o Estado o maior violador de privacidade que a humanidade jamais viu. Quer um exemplo disso é o Imposto de Renda<sup>9</sup>, que mantém um registro detalhado sobre a saúde, educação, bens, empregos e tudo mais que se possa imaginar.

**Art. 13.** O requerimento de retificação ou cancelamento de dados pessoais deverá ser instruído, conforme o caso, com documentos que comprovem:

I - a inexatidão, incompletude, omissão, falsidade ou desatualização da informação;

---

<sup>9</sup> Caramante, André. "Governo quer vender dados dos paulistas." *Folha de S.Paulo* 4 Jun. 2006. 4 Jul. 2006  
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0406200601.htm>>.



II - a prescindibilidade da informação para a obtenção da finalidade para a qual foi realizada a coletada.  
(...)

**Quem tem telhado de vidro não atira pedra para o alto!**

A farsa do senador Zambiasi de estar interessado na proteção da privacidade dos brasileiros é facilmente desmascarada com uma análise honesta, pró-mercado e pró-liberdades individuais, um assunto que o senador não entende. O senador Zambiasi também é o proponente do Projeto de Lei do Senado 322/2004<sup>10</sup>, seqüencial do "Estatuto da Privacidade" que ele quer socar no Brasil.

O referido projeto obrigaria os apostadores de loterias da Caixa Econômica Federal a se identificarem usando o CPF cada vez que se faça uma aposta. Bobagem absurda que mostra os reais intentos de Zambiasi no campo da privacidade. Ele cita umas reportagens sobre determinadas pessoas que ganharam na loteria em número incomum para as probabilidades dos tais jogos.

As probabilidades de alguém ganhar nos jogos lotéricos da Caixa variam<sup>11</sup> de 1 em 11.372.365 na LOTOMANIA até 1 em 50.630.860 no caso da Mega-Sena. E todos os ganhadores precisam utilizar o CPF para poder resgatar o prêmio, o que daria as mesmas informações interessantes para investigações de lavagem de dinheiro. E não milhões de dados de apostadores inocentes e eventuais.

outras hipóteses de responsabilidade previstas em lei.

Cacoete típico da esquerda, Zambiasi acredita que a responsabilização solidária de todos os envolvidos na cadeia de tráfico de dados pessoais será eficiente para combater violações ao direito de privacidade. A responsabilização solidária aumentará os custos de transação de movimentação e processamento de dados pessoais e dificultará a investigação do real vazamento, uma vez com a punição, não faria mais sentido investigar como vazou as informações pessoais.

## ANÁLISE DO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) foi escolhido o relator do projeto na Comissão de Educação embora a leitura do relatório tenha sido feita *ad hoc* pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) no dia 20 de junho de 2006.

A análise do PLS foi feita em base no fetiche da proporcionalidade de direitos fundamentais, uma interpretação forçada da Constituição sem o menor embasamento legal. O senador Bezerra alega que<sup>12</sup>:

Ora, os dados pessoais não de propriedade da pessoa que é identificada como tal? Então, qual é a razão de proibir as pessoas de pedirem a destruição de seus dados pessoais nos bancos de dados por simples vontade de seu proprietário? Pelo amor de Deus, em nenhuma parte do projeto há menção de que os dados pessoais são de propriedade das pessoas. E qual a razão para alguém ter que provar documentalmente um pedido de destruição de dados armazenados em bancos de dados de terceiros? Quem tem que provar qualquer coisa em termos de banco de dados são os administradores dos bancos de dados.

**Art. 14.** Qualquer pessoa que sofra prejuízo decorrente do tratamento irregular ou ilícito de dados possui direito à reparação dos danos, materiais e morais.

§ 1º A responsabilidade do proprietário, do gestor e do gestor aparente de banco de dados, quando houver, independe da verificação de culpa.

§ 2º O tratamento de dados realizado em consórcio ou por qualquer outra forma associativa, ainda que informal, acarreta a responsabilidade solidária e direta de todos os agentes envolvidos.

§ 3º O disposto neste artigo não exclui

<sup>10</sup> Texto do Projeto em <<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Materia/getHTML.asp?t=3077>>.

<sup>11</sup> "Probabilidades." Loterias. Caixa Econômica Federal. 4 Jul. 2006  
<<http://www.caixa.gov.br/Loterias/Probabilidades/asp/probabilidades.asp>>.

<sup>12</sup> Bezerra, Fernando. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Parecer da Comissão de Educação, sobre o PLS nº 321, de 2004, que dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso de dados pessoais e dá outras



A constitucionalidade material da restrição à liberdade de iniciativa econômica resta assegurada por ser tal restrição introduzida por meio de lei (art. 170, parágrafo único, da CF); por ela não configurar supressão total do direito à liberdade de iniciativa econômica; e por visar à efetivação de princípios sociais positivados na ordem econômica constitucional.

Desde quando o direito à privacidade restringe a liberdade econômica? Desde quando o governo intervém com uma lei mal-redigida, desconsiderando a propriedade dos dados pessoais por parte das pessoas e desconsiderando o fato de que só estas pessoas podem definir o que fazer com seus dados pessoais. Privacidade não combina é com governo e seus inúmeros bancos de dados sem a possibilidade de destruição de dados pessoais, mesmo que estes dados pertençam as pessoas e não ao governo.

OUTROS ESTUDOS DO BLOG

Veleda, Rodrigo. Maioria das Delegacias Virtuais Exige Documentos de Identificação para Boletim de Ocorrência. Não Sou Um Número. Porto Alegre, 2006. 7 Jul. 2006  
<<http://www.archive.org/download/MaoriadasDelegaciasVirtuaisExigemDocumentosdeIdentificao/20062.pdf>>.

\_\_\_\_\_. Número de Cheques sem Fundos Não Cai após Exigência de Impressão de Números de Identidade no Cheque. Não Sou Um Número. Porto Alegre, 2006. 1-8. 7 Jul. 2006  
<[http://ia300241.us.archive.org/2/items/Estudo20061/Estudo\\_20061.pdf](http://ia300241.us.archive.org/2/items/Estudo20061/Estudo_20061.pdf)>.

---

<sup>i</sup> Crane, Edward, and David Boaz, eds. Cato Handbook for Congress: Policy Recommendations for the 107th Congress (2001). Washington: Cato Institute, 2001. 7 Jul. 2006  
<<http://www.cato.org/pubs/handbook/hb107/hb107-17.pdf>>.

<sup>ii</sup> Crews, Jr., Clyde W. "Human Bar Code." Tech Central Station (2002). 7 July 2006  
<<http://www.cato.org/research/articles/crews-021104.html>>.